

AS GUERRAS DO FUTURO NA NOVA ORDEM MUNDIAL: O NOVO MODELO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA AS FORÇAS ARMADAS NACIONAIS

LYDIA MAGALHÃES GARNER*
Doutora em História

SUMÁRIO

Introdução
O plano do Pentágono
"America first"
Novo modelo: Tratados internacionais
Novo modelo: Aliados e alianças
<i>As alianças de conveniência</i>
<i>As alianças internacionais</i>
<i>A nova ordem mundial</i>
<i>O novo modelo de conflito armado</i>
<i>A expansão das hostilidades</i>
Novo modelo: Prisioneiros de guerra
Novo modelo: Expansão da guerra contra o terrorismo
Novo modelo: Poder militar na era da guerra espacial
Os limites do poder
Conclusão

* N.R.: A autora recebeu o seu doutoramento na Universidade the Johns Hopkins, e presentemente é Professora de *História do Brasil e História da América Latina* na Southwest Texas State University, San Marcos, Texas, USA, tendo lecionado na Universidade de Delaware, na Johns Hopkins University, e recebeu uma Fellowship da School of Advanced International Studies, Johns Hopkins University. Suas áreas de especialização são o Segundo Reinado, história comparada da América Latina, e história Mundial. Dra. Garner é recipiendária de vários prêmios, entre os quais, a Shell Foundation Fellowship para a América Latina e a Brittingham Fellowship. Tem também contribuído com várias publicações sobre história do Brasil para revistas acadêmicas, para a Encyclopedia of Latin American History, e tem apresentado estudos de pesquisas em inúmeros simpósios e conferências acadêmicas. Presentemente, está concluindo um estudo minucioso do Conselho de Estado de Dom Pedro II.

INTRODUÇÃO

A atual ordem mundial não tem nada em comum com a que existiu até o colapso da União Soviética e a que existiu na década de 1990 até 11 de setembro 2001. A década passada serviu de laboratório para os Estados Unidos da América articularem a sua posição preponderante no cenário mundial, e 11 de setembro é a data em que

os Estados Unidos emergiram como o único poder militar mundial. A evolução deste processo foi percebida, analisada e discutida continuamente, mas sempre sem alcançar uma definição concreta do modelo final, modelo que foi definido em consequência do ataque de 11 de setembro. Desde então, as nações do globo estão sendo confrontadas com um modelo de poder econômico, militar e estratégico sem paralelo na história mundial, e contra o qual nenhuma nação tem os meios de defesa. Conceitos que foram elaborados através de séculos para governar as relações entre as nações

em paz e em guerra estão sendo demolidos, instituições criadas para coordenar relações internacionais estão sendo ignoradas, e o conceito de soberania está sendo alterado.¹ A família de nações que existiu até recentemente perdeu um de seus membros, um membro que, baseado no seu poder econômico, político e militar, está uni-

lateralmente alterando o sistema e os dogmas estabelecidos de relações internacionais. O conceito de *guerra* também mudou porque declarações de guerra não mais existem; o que existe são intervenções militares decididas unilateralmente mas com o apoio da comunidade internacional, e o termo *guerra* não mais tem o significado do passado, pois as razões das chamadas guerras também não são semelhantes às

do passado. Tratados não mais têm o valor do passado, nem tampouco o termo *aliado*, porque alianças são as de conveniência momentânea. Esta mudança tem profundas consequências para as demais nações do globo, principalmente no que diz respeito ao conceito de soberania nacional e às funções das forças armadas nacionais. Um dos métodos mais eficientes para ilustrar estas consequências é analisar as doutrinas e os métodos adotados pelos Estados Unidos para as guerras do futuro. A análise demonstra como o sistema de relações internacionais está sendo alterado e

Desde o ataque de 11 de setembro, as nações do globo estão sendo confrontadas com um modelo de poder econômico, militar e estratégico sem paralelo na história mundial, e contra o qual nenhuma nação tem os meios de defesa

*

Tratados não mais têm o valor do passado, nem tampouco o termo *aliado*, porque alianças são as de conveniência momentânea

alguns destes precedentes muito dificilmente serão revogados no futuro.

O PLANO DO PENTÁGONO

O plano do secretário de Defesa dos Estados Unidos, D. Rumsfeld, é um destes precedentes, porque reorganiza a estrutu-

ra das Forças Armadas americanas, introduz uma nova estratégia de segurança nacional, enuncia a nova doutrina militar dos Estados Unidos e catapulta a tecnologia militar à era espacial.

De acordo com este plano, nas guerras do futuro os perigos serão desconhecidos, incertos, invisíveis e inesperados, daí a necessidade de aceitar riscos e experimentar novas idéias e equipamentos, razão pela qual as estratégias do passado não se aplicam. Ao invés do grande número de forças usadas no passado, as Forças Especiais americanas serão em pequeno número e excepcionalmente bem treinadas com grande habilidade de adaptação ao terreno e à cultura da região em que operam para identificar alvos e guiar os ataques aéreos com precisão, o que necessita do entrosamento de armas convencionais com as de alta tecnologia. O plano apresenta uma estratégia de sete pontos:

- proteger a pátria e as bases militares no estrangeiro;
- projetar e sustentar poder em teatros distantes;
- negar santuário ao inimigo em qualquer parte do globo;
- proteger os canais de informação;
- participação coordenada de todas as forças armadas;
- manter acesso ao espaço sem impedimento algum; e

– proteger o sistema de defesa no espaço contra ataques inimigos.

De acordo com o plano, as guerras no século XXI são baseadas nas lições do passado.

Assim:

– vão exigir todos os elementos do poder nacional;

Nas guerras do futuro os perigos serão desconhecidos, incertos, invisíveis e inesperados, daí a necessidade de aceitar riscos e experimentar novas idéias e equipamentos, razão pela qual as estratégias do passado não se aplicam. Ao invés do grande número de forças usadas no passado, as Forças Especiais americanas serão em pequeno número e excepcionalmente bem treinadas

– vão exigir a habilidade das forças militares em operarem e se comunicarem com entrosamento absoluto;

– as coalizações serão bem-vindas mas não podem determinar a missão;

– a defesa dos Estados Unidos requerá o ataque antecipado;

– as forças terrestres devem ser usadas;

– as forças especiais operando encobertas na região aumentam dramaticamente o sucesso da campanha aérea; e, finalmente,

– o suporte do povo.

Esta nova idade de guerra é chamada a *quarta geração* de conflitos militares, exemplificados por

Osama bin Laden e pelas operações no Afeganistão.²

Os estados nacionais então devem ponderar se as suas forças armadas podem desenvolver um modelo semelhante, se podem fazer frente a este modelo e as conseqüências deste modelo para a defesa nacional.

Este plano não se relaciona aos da Segunda Guerra Mundial, que foram os de gran-

des estratégias, grande número de forças, grande capacidade para apoio das operações, coalizações e consulta com aliados.

Ao contrário, o plano é uma rejeição aos do passado, o produto de mentalidades com uma nova visão e missão para os Estados Unidos, influenciadas pela ausência de uma balança de poder mundial bipolar, e um avanço tecnológico espetacular para o qual não existe contraparte.

Este plano rejeita a estratégia baseada em tratados, interpreta defesa nacional baseada nas vulnerabilidades do país e não nos seus pontos fortes, programa desenvolvimento das áreas de vantagem de como projetar o poder militar sobre grandes distâncias, faz uso extenso de armas de precisão e da capacidade de conduzir a guerra através da inteligência do espaço e submarina.

O plano é também o produto de uma nova geração cuja mentalidade rejeita as experiências pós-Vietnã e faz o maior uso possível do atual poder unipolar dos Estados Unidos para resolver problemas do presente e eliminar problemas do passado.

Este plano, que requer a criação de um novo tipo de forças armadas e de novos modelos estratégicos, foi desenvolvido por civis no Pentágono e sem consulta aos altos chefes militares.

Os chefes militares, que vêm por algum tempo desenvolvendo planos para a modernização das Forças Armadas, além de ofendidos por não terem sido consultados, são na maioria muito mais cautelosos, não estão abertamente preparados para abra-

çar o novo plano e tomam uma atitude que pode ser interpretada do seguinte modo: "o Pentágono pode ter qualquer sistema militar que quiser, contanto que seja o que nós já estamos construindo ... que as forças militares que eles estão desenvolvendo são perfeitamente capazes para o que está sendo discutido ... e que não necessitam mudança alguma."³

Assim, existe um conflito de gerações e de visões que é latente na subestrutura da administração e que ocasionalmente vem à tona.

É este plano para as guerras do futuro e o conflito de visões que certamente estão alterando os modelos estratégicos do passado, que devem ser cuidadosamente examinados pelos altos chefes militares dos outros países, para que as suas forças armadas não fiquem irrevogavelmente fora de sintonia com a estratégia dominante e a tecnologia da idade em que vivem.

A esperança de um retorno completo ao sistema internacional do passado é algo que deve ser contemplado

com muita cautela porque o poder unipolar dos Estados Unidos está modificando unilateralmente os modelos do passado, e de um modo ou de outro vai modificar os modelos do futuro, mesmo que o modelo não seja totalmente implementado, ou não seja bem-sucedido.

Ainda assim, a influência do que está sendo implementado no presente no Afeganistão, e sem dúvida do que vai ser implementado contra o Iraque, dificilmente permitirá o retornar intacto do sistema internacional do passado.

A esperança de um retorno completo ao sistema internacional do passado é algo que deve ser contemplado com muita cautela porque o poder unipolar dos Estados Unidos está modificando unilateralmente os modelos do passado

Todavia, o plano e o modelo descritos não podem ser desassociados da visão única da cultura e civilização dos Estados Unidos.

“AMERICA FIRST”

A política mundial dos Estados Unidos no presente é o unilateralismo, que se manifesta em várias formas, sendo uma o conceito de *America First*, ou o interesse dos Estados Unidos em primeiro lugar. O conceito foi articulado em novembro de 2001 pelo Presidente Bush quando anunciou, durante uma visita ao Fort Campbell,

que “a América tem uma mensagem para cada nação do globo: se ela protege o terrorismo ela é culpada do terrorismo, se ela treina ou arma terroristas ela é terrorista, se ela alimenta terroristas ou suporta financeiramente terroristas ela é terrorista, e ela terá que prestar contas aos Estados Unidos e seus aliados”.

Três meses mais tarde, no início de fevereiro de 2002, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos declarou, no World Economic Forum, que os Estados Unidos “estavam cometidos a definir as suas próprias soluções para os problemas mais difíceis do globo, mesmo que isso desagrade aos aliados”, e foi seguido pelo anúncio do secretário de Estado de que os “Estados Unidos iriam contra o terrorismo em qualquer lugar que ameaçasse homens e mulheres livres, mesmo que tivesse que ir contra ‘regimes diabólicos’”.

Essas definições enunciaram a chamada **Doutrina Bush**.⁴

Esta doutrina indica o sentido de como os americanos percebem o país, a cultura, a civilização e o caráter do seu povo e os colocam acima das outras civilizações e do caráter dos outros povos, um sentido que o Vice-Presidente Dick Cheney expressou sem ambigüidade ao se referir à guerra contra o terrorismo:

“Os Estados Unidos e somente os Estados Unidos podem levar este esforço à vitória. Esta responsabilidade não veio a nós por acaso. Nós

estamos numa posição única devido às nossas qualidades únicas, devido ao caráter do nosso povo, ao poder de nossos ideais, ao poder e à intensidade militar e à enorme economia que o suporta.”⁵

Mas, na realidade, está sendo criada uma nova ordem mundial que está solapando a estrutura internacional que tem mantido, nem sempre de modo perfeito, a coerência de relações mútuas entre os países do globo em paz e em guerra, e que eventualmente vai levar ao caos

Muitos dizem que a guerra contra o terrorismo parece cada vez mais com a luta contra o comunismo, ou, como dizia o Presidente Reagan, a guerra contra o Império Diabólico.

Esta visão demonstra como os Estados Unidos percebem a sua posição no cenário mundial: de uma nação virtuosa que é alvo de conspirações diabólicas com a intenção de derrubá-la. Esta visão tem bases históricas e religiosas, principalmente na visão dos puritanos que colonizaram a América do Norte no século XVII, que eram consumidos com as sombras de conspirações invisíveis sobre as colônias

“dirigidas por homens perigosos e diabólicos determinados em subverterem esta resplandecente cidade no topo da colina”, que em termos puritânicos é a Nova Jerusalém.

A versão moderna desta visão foi recentemente articulada pelo procurador-geral dos Estados Unidos, John Ashcroft, que se referiu à atual luta contra o terror nestes termos: “um poder diabólico, calculado, malicioso, se levantou no mundo. A civilização não pode ignorar o mal que tem sido feito.”⁶

Sem querer diminuir ou desculpar o ato terrorista de 11 de setembro, esta visão permite que os Estados Unidos se definam em relação aos seus inimigos, razão pela qual os seus inimigos são sempre satanizados, vistos como super-homens ou bárbaros, mais ou menos subumanos, ou totalmente corruptos. Esta visão não permite que os Estados Unidos façam a paz com os seus inimigos, os quais devem ser completamente obliterados, exilados da comunidade internacional, independente das consequências para suas populações, como aconteceu com Castro, Saddam Hussein, o chamado *Axis of Evil*.

É uma visão que percebe o mundo dividido entre o Bem e o Mal, entre Luz e Trevas, visão que é apocalíptica porque a luta entre forças do Bem e do Mal é eterna. Esta

visão tem também um caráter messiânico em busca da regeneração do mundo, que foi aplicado no século XIX, quando muitos advogavam a expansão dos Estados Unidos por todas as Américas e eventualmente a derrubada das monarquias européias.⁷ Com o poder supremo dos Estados

Unidos no século XXI, esta visão assegura uma luta sem fim entre as nações por razões que não mais são políticas ou territoriais; em vez disso, são lutas por causas ideológicas, políticas, contra drogas, e agora contra o terror. As raízes destes problemas, todavia, nunca são examinadas racionalmente porque não se perde tempo em entender os inimigos.⁸

Estes tipos de lutas exigem que estas sejam universalizadas para resolver problemas cujas causa e solução estão somente nas mãos de um, ou poucos outros países.

Mas, na realidade, estão criando uma nova ordem mundial que está solapando a estrutura internacional que tem mantido, nem sempre de modo perfeito

o, a coerência de relações mútuas entre os países do globo em paz e em guerra, e que eventualmente vai levar ao caos.

Estas mudanças têm repercussões profundas para os países do globo, que provavelmente terão que reexaminar as suas estratégias de paz e guerra nacionais e es-

Na nova ordem, tratados bilaterais e internacionais são empecilhos colocados na expansão do poder hegemônico, que rejeita ou ignora um sistema de tratados que lentamente evoluiu desde o século XVII.

Tratados, então, não mais oferecem garantias como no passado, e os que estão em vigor são submetidos a reinterpretações pela Casa Branca.

Alianças agora são passageiras, são da conveniência do momento, e são regionais

trangeiras, bem como para os exércitos nacionais, que na nova ordem se tornam meramente auxiliares na grande estratégia universal do poder unipolar, cujo objetivo principal é manter a sua própria segurança.

Alguns aspectos da nova ordem mundial definem este modelo.

NOVO MODELO: TRATADOS INTERNACIONAIS

Uma das conseqüências deste novo modelo é que praticamente elimina a validade do sistema de tratados internacionais. Na nova ordem, tratados bilaterais e internacionais são empecilhos colocados na expansão do poder hegemônico, que rejeita ou ignora um sistema de tratados que lentamente evoluiu desde o século XVII, como vários exemplos já atestam.⁹

O tratado para o controle de mísseis antibalísticos (ABM Treaty), assinado em 1972 entre os Estados Unidos e a União Soviética, que diminuiu o perigo de uma guerra atômica e era considerado o pilar das relações entre os dois maiores poderes atômicos, demonstrou que mesmo inimigos eram capazes de chegar a um acordo durante a Guerra Fria. Mas o tratado morreu silenciosamente no ano de 2002 devido à decisão do Presidente Bush de unilateralmente ab-rogá-lo.

A falha dos Estados Unidos e da Rússia de não chegarem a um acordo para emendar ou substituir o Tratado, dada a insistência dos Estados Unidos de que não havia necessidade de assinar tratado algum e que somente um aperto de mão entre lide-

res era o suficiente e a recusa da Rússia em aceitar tal solução levaram ao Tratado de Moscou entre os dois países, que reduz o número de mísseis para ambos, mas que expira em 2012, quando ambos os países ficam livres para aumentar as suas forças, e certamente com armas atômicas.

A razão principal para ab-rogar o Tratado é o desejo de criar um sistema nacional de defesa contra mísseis antibalísticos com uma cobertura protetora sobre os Estados Unidos para interceptar do espaço mísseis intercontinentais de países inimigos, cuja construção já foi iniciada e do qual um sistema rudimentar vai ser ativado em 2004.

A Rússia respondeu com a promessa de desenvolver um novo míssil atômico, o *Topol-M*, que pode ser lançado de silos ou de plataformas rolantes.

A China, que está aumentando as suas forças nucleares, acusou os Estados Unidos de extorsão nuclear e respondeu com ira a um comunicado da Casa Branca que não

concordaria "com qualquer restauração de testes nucleares" chineses.¹⁰

Outros tratados tiveram destino diferente: ou a recusa de assinar, ou o novo método de *desassinar* tratados e protocolos, como no caso da Corte Internacional de Crimes e do Protocolo de Kyoto, ou não pedir a ratificação do Congresso de outros tratados, como o tratado que bane testes atômicos (Comprehensive Test Ban Treaty).

Tratados, então, não mais oferecem garantias como no passado, e os que estão em vigor são submetidos a reinterpretações pela Casa Branca, como o tratado que bane

**A missão de *peacekeepers*,
deveria "ser deixada para
os europeus, ou outros
aliados, enquanto que o
Pentágono se concentraria
em treinar e lutar nas
guerras da nação".**

Condoleezza Rice
Assessora do Presidente Bush

armas biológicas, agora interpretado no sentido que permite aos países "conduzir testes para fins de defesa", e os artigos das Convenções de Genebra sobre prisioneiros de guerra.

O resultado é que outros países também estão desenvolvendo suas próprias interpretações, como a Rússia, que reinterpretou o tratado que bane testes como permitindo testes nucleares, e Israel, que declarou morto o Acordo de Oslo.¹¹

Qual é o problema deste modelo para os estados nacionais?

No caso do Brasil, que sempre honra seus tratados, este modelo requer uma revisão destes acordos porque outras nações vão seguir o exemplo dos Estados Unidos, em que acordos regionais e internacionais não terão muito valor se houver interesses dos países desenvolvidos e as estratégias nacional e internacional terão de mudar porque países em desenvolvimento não terão a mesma prerrogativa.

Mas, acima de tudo, o problema é que alguns destes tratados estão ligados a funções nacionais e internacionais das forças armadas e têm conseqüências no caso de conflito armado.

O Presidente Fox, do México, já sugeriu ao Presidente Bush descartar o Tratado do Rio como uma reliquia da Guerra Fria em troca de acordos para "combater problemas sociais e o crime organizado."¹² Fox deseja usar sua amizade pessoal com o Presidente Bush para posicionar o México como o interlocutor entre os Estados Uni-

dos e a América Latina e como interlocutor da América Latina perante o mundo.

NOVO MODELO: ALIADOS E ALIANÇAS

Alianças e aliados não terão o mesmo sentido do passado.

O novo modelo de conflito armado, ironicamente, ainda depende de alianças e aliados, mas não no contexto do passado.

Alianças agora são passageiras, são da conveniência do momento, e são regionais.

Estas alianças podem ser de dois tipos:

– **as locais e regionais**, que servem de linha de frente em conflitos armados sob a direção de forças especiais americanas; e

– **as internacionais**, que oferecem cobertura moral e financeira para as ações militares dos Estados Unidos, mas que, com exceção de algumas forças, não estão diretamente engajadas em grande número nas ações militares e nem nas decisões militares de alto nível e servem

mais na fase posterior da luta, na função de terminar o inacabado ou de manter a ordem.

As alianças de conveniência

As alianças locais e regionais são as chamadas "alianças de conveniência", com forças que concordam em lutar em troca de termos favoráveis para suas ambições políticas, numa estratégia desenhada pelos Estados Unidos e com grande suporte aé-

Assim, documentos como os da Convenção de Genebra, que foram negociados por longo tempo, e que representam o discernimento coletivo de experiência de séculos de guerras atroz, estão sendo modificados por um país hegemônico, e o serão também por outros países

reo. Neste grupo se encontram grupos regionais com ambições nacionais e desafetos do regime existente.

O melhor exemplo no momento é o da Aliança do Norte, um grupo de clãs no norte do Afeganistão composto de uzbeks e tajiks, que são uma minoria étnica mas com ambições nacionais num país com vários clãs que são usualmente inimigos e em que a identidade é a de pertencer a um destes grupos étnicos. Esta

aliança de conveniência permitiu que os Estados Unidos fossem à guerra contra o terrorismo, mas sem as baixas de guerra. As perdas de vida foram infligidas nas forças da Aliança. Uma vez que a ação militar no norte foi razoavelmente feliz, a estratégia requeria que a região do sul também fosse incorporada nesta luta contra o terror para haver progresso, e daí a necessidade de organizar uma Aliança do Sul. Esta aliança realmente nunca se concretizou, devido

à amplidão do território e ao fato de que é a região do clã Pashtun (o maior dos clãs no Afeganistão) que sempre apoiou o Taliban e a Al Qaeda, e onde está a capital, Kabul.

O Secretário Rumsfeld reconheceu este problema quando disse que “nós não temos o tipo de conexões com alguns elementos no sul que eu teria que ter para ver progresso.”¹³

Estas alianças de conveniência são transitórias e, em vez de tratado e acordo, o que existe é uma barganha que tem um alto preço, como, por exemplo, o fato de a Aliança

do Norte ter bloqueado o despacho de milhares de tropas inglesas para tomar parte nas operações no Afeganistão. Quando um pequeno contingente de tropas inglesas aterrissou no Afeganistão, a Aliança do Norte imediatamente indicou que estas não tinham sido convidadas, o que transformou um plano de vanguarda ambicioso dos ingleses em um destacamento reduzido e solitário numa região na qual este “é visto pe-

los afeganes com olhos suspeitos...”.¹⁴ Ao mesmo tempo, os uzbeks e tajiks avançaram em direção a Kabul, ocuparam a cidade e hoje dominam o governo Karzai em Kabul, um fato que eventualmente vai levar a mais violência.

As alianças internacionais

As alianças internacionais têm um outro caráter. A função principal deste tipo de aliança não é criar uma aliança militar como a do Golfo Pérsico e Iu-

goslândia, mas sim assegurar apoio moral e sanção para ações militares internacionais dos Estados Unidos e evitar a crítica das nações do globo e nas Nações Unidas.

A verdade é que, em vista do poder militar dos Estados Unidos, os americanos não desejam nenhuma aliança militar, que eles vêem como um impedimento ao modo de conduzir a guerra devido a opiniões divergentes dos aliados, como se deu nas operações na Iugoslândia. Daí a decisão de fazer da campanha no Afeganistão o mais possível uma operação *all-american*, sem

Um outro alvo é a região da tríplice fronteira de Brasil, Argentina e Paraguai, que é descrita pelas agências de inteligência como *Wild West*, onde crime, extremismo religioso e política estão ligados, e onde Bin Laden criou células para recrutar entre a população expatriada do Oriente Médio

as limitações impostas pela OTAN na guerra em Kosovo.

Mas mesmo assim é essencial para este tipo de aliança que a opinião mundial dê a sanção moral. Daí as consultas *pro-forma* com países amigos, dos quais o que se espera é pelo menos neutralidade, se aprovação total não é possível. Um porta-voz de influência internacional e com domínio perfeito da língua inglesa e diplomática também é essencial, como o primeiro-ministro inglês Tony Blair, que enfaticamente explicou e defendeu perante a comunidade internacional a operação americana no Afeganistão.

Existe também uma fórmula para obter consenso: a de não solicitar cooperação em casos que antecipadamente já se sabe que o país não dará permissão.

Por exemplo, aos líderes de Omã, da Arábia Saudita e do Egito nada foi pedido que antecipadamente já se sabia não ser atendível. Assim, as bases americanas na Arábia Saudita e no Paquistão não foram usadas porque os governos não foram solicitados a dar permissão, o que evitou votos negativos.

Uma outra fórmula de evitar votos negativos é a de aceitar contribuições de países que, por uma razão ou outra, ou não desejam participar ou não aprovam ação militar, como o uso de aeroportos somente para vôos de apoio mas não de ataques aéreos, ou de missões de salvamento, ou hospitais de campanha etc. Assim, os termos *unilateralismo* e *aliança* devem ser usados com qualificações, porque este

unilateralismo é grandemente dependente da sanção da comunidade internacional, e porque *alianças* também não têm o mesmo significado do passado, quando incluíam ações militares, mas no presente significam apenas uma pequena contribuição, um gesto e nada mais.

O número de nações que participam deste tipo de aliança internacional (como é repetidamente anunciado) não invalida a qualificação de que a ação é unilateral.

Na realidade, o que ocorre no presente é a manipulação destes dois termos para apaziguar a comunidade internacional.

Uma breve demonstração da exigência de sanção internacional e da manipulação descrita acima foi a necessidade da cobertura dos países da OTAN para as operações no Afeganistão.

Inicialmente, e com várias exceções, todos os países declararam apoio aos Estados Unidos e se prepararam para participar da luta contra o terrorismo. A Inglaterra declarou uma emergência para obter amplas leis contra o terrorismo e o Primeiro-Ministro Tony Blair

pediu ao Parlamento poderes emergenciais para a detenção de estrangeiros suspeitos de terrorismo. Trinta e cinco países ofereceram aviões, navios, soldados, hospitais de campanha, participação em missões de paz etc, para participar na luta contra o Taliban e a Al Qaeda.

Mas muito do que foi oferecido não foi usado.

Lentamente os europeus começaram a perceber que os Estados Unidos realmente nem

Os Estados Unidos estão à procura de uma base central na América do Sul. A Argentina está localizada muito ao sul, o Equador está na costa oeste da América do Sul, e a localização ideal, sob todos os aspectos, é uma base na costa leste da América do Sul, de preferência no Nordeste brasileiro

necessitavam de tal ajuda e nem a queriam. A oferta de *peacekeepers* e o socorro aos refugiados não foram aceitos no fim de novembro por ser muito cedo, e os Estados Unidos e a Inglaterra (com uma força de 6.000 homens em alerta por várias semanas) divergiram sobre a missão e a data para o uso de *peacekeepers*, enquanto os americanos insistiam que suas forças não seriam usadas em *peacekeeping*, como asseverou a conselheira do Presidente Bush, Condoleezza Rice: tal missão deveria "ser deixada para os europeus, ou outros aliados, enquanto que o Pentágono se concentrava em treinar e lutar nas guerras da nação",¹⁵ uma frase infeliz que provavelmente foi enunciada sem consideração no momento, mas que na realidade define o termo *unilateralismo* atualmente melhor do que qualquer dicionário.

A nova ordem mundial

Assim, a nova ordem mundial é unilateral, sem necessidade de forças aliadas ou consideração de seus interesses. Os europeus expandiram esta atitude e a caracterizam de arrogante, más maneiras, simplificação de matérias muito complexas, e acreditam que os "Estados Unidos são tão poderosos que ninguém pode restringir", desiludidos como estão da falta de consulta e da percepção inicial na luta contra o terrorismo, de que os

americanos, ao "desejarem construir uma aliança internacional contra o terrorismo, significava uma inclinação de trabalhar mais intimamente com os seus aliados..."; os europeus mudaram de opinião e "muitos agora pensam que estavam errados".¹⁶

Um esforço foi feito em tentar apaziguar os receios dos europeus, se a OTAN ainda

é importante, mas mesmo assim incluiu uma admoestação de que a administração do Presidente Bush "vai continuar na guerra contra o terrorismo, com os aliados ou sem eles".¹⁷

Já se pode concluir que o ataque contra o Iraque vai ser essencialmente uma operação unilateral dos Estados Unidos (certamente com ajuda da Inglaterra), em vista da reação negativa de praticamente todos os países do globo, com exceção de Israel, mas provavelmente vai ser anunciado como uma ação da *aliança* nos termos descritos acima.

O novo modelo de conflito armado

O novo modelo de conflito armado é baseado no uso de alianças locais e regionais guiadas por forças especiais americanas (a fim de eliminar o tanto quanto possível o número de vítimas) e com apoio aéreo dos Estados Unidos.

Este modelo, que provavelmente vai ser usado em outras partes do globo, tem vários pontos fracos já identificados nas opera-

As operações no Afeganistão deixaram bem claro que não existe no globo país algum cujas forças possam enfrentar as dos Estados Unidos em pé de igualdade. Esta é uma das razões pelas quais os Estados Unidos não estão interessados em aliados internacionais participando da guerra no Afeganistão ou das guerras futuras contra o terrorismo. Os europeus percebem que estão rapidamente se tornando poderes de segunda classe

ções no Afeganistão, tais como: falta de controle completo da operação, execução vagarosa, contradições na execução de ordens e de comunicações, recusa das forças locais em aceitar ordens e tendência em alterá-las, retirada antecipada, negociações com o inimigo e missão não cumprida.

Estes problemas ocorreram no Afeganistão, razão pela qual nem Osama bin Laden, nem Mullah Muhammad Omar, líder do Taliban, nem a maioria da alta hierarquia da Al Qaeda foram capturados.

A maioria das forças de Bin Laden e do Taliban também desapareceram misteriosamente e se estabeleceram no Paquistão, e o boato é que os chefes dos clãs envolvidos nas operações em Tora Bora negociaram a fuga em função das relações de família e de interesses políticos.

O assalto em Tora Bora foi efetuado com o uso de grande número de forças afeganes e pequenos times de forças especiais americanas com apoio aéreo.

Sem o uso de americanos na linha de frente para inspecionar as grutas e cavernas devido aos altos riscos da missão, o resultado foi que um grande número de al-qaedistas escapou.¹⁸

Eventualmente, quando um general afegane aliado se retirou da luta ao encontrar oposição cerrada da Al Qaeda, forças americanas foram forçadas a liderar a batalha e a pedir reforços, enquanto que os aliados se recusaram a colaborar na procura de Bin Laden.

A extrema dependência nas forças aliadas locais para preservar vidas ameri-

canas é um dos problemas neste novo modelo de operações militares que impede que operações sejam concluídas e objetivos alcançados.

Neste modelo outros interesses também devem ser considerados, como por exemplo interesses pessoais, locais, e regionais que interferem com a visão e missão dos Estados Unidos e que se manifestaram nas operações no Afeganistão, um país que é realmente governado por chefes de vários clãs que controlam vastas áreas e lutam entre si para proteger e aumentar suas áreas de poder.

Enquanto que a meta dos americanos é a destruição da Al Qaeda e a captura de Bin Laden, a dos chefes regionais é a expansão de seus territórios e a preservação do contrato social existente entre os clãs, onde o inimigo do presente é o aliado do futuro.

Assim, enquanto as operações em Tora Bora demonstraram que, quando a maioria das forças do Taliban e

os seus chefes tinham cruzado as fronteiras e os americanos insistiam na perseguição, os afeganes afirmaram que tinham cumprido os propósitos da missão, que as tropas estavam famintas e mal preparadas para enfrentar o inverno e anunciaram que "este é o último dia da Al Qaeda no Afeganistão... que não há mais necessidade de bombardeamento americano ... e que os afeganes têm a situação sob controle".¹⁹ A divisão entre os interesses dos chefes regionais e destes e dos Estados Unidos é um dos problemas destas alianças de momento, pois demonstra que estas têm o poder de até um certo ponto controlar a missão.

“Os Estados Unidos são o poder que luta, as Nações Unidas alimentam e a União Européia financia, enquanto forças européias, como no Afeganistão e nos Bálcãs, mantêm a paz.”

Steven Erlanger

A expansão das hostilidades

O outro problema é o da expansão das hostilidades aos países vizinhos.

A fuga das forças do Taliban e da Al Qaeda para o Paquistão colocou este país numa situação difícil devido ao problema com a Índia sobre a Caxemira, mas mesmo assim os Estados Unidos pressionaram o General Musharraf para permitir que forças americanas cruzassem a fronteira em busca dos militantes. Atualmente, um grande número de suspeitos se refugiou nas áreas tribais do Paquistão, onde nem as forças paquistanesas se aventuram, e qualquer escalada de hostilidades pode desestabilizar o governo Musharraf.

Este modelo é um dos que podem ser usados na atual guerra na Colômbia com infiltração de território brasileiro. Neste caso o Brasil se verá sob forte pressão americana para permitir operações de busca e erradicação e prover apoio militar.

A situação no Afeganistão ilustra perfeitamente o problema de conduzir guerras com forças aliadas de conveniência que não têm as mesmas metas dos Estados Unidos, e um dos resultados é que se torna impossível declarar vitória sem que a meta principal tenha sido atingida, ainda mais quando parece que a Al Qaeda se descentralizou e se dispersou nos países vizinhos.

NOVO MODELO: PRISIONEIRO DE GUERRA

Na guerra contra o terrorismo, prisioneiros de guerra não mais existem, apenas *combatentes fora da lei*.

A rejeição da Convenção de Genebra pelos Estados Unidos levanta o problema da definição de quem é prisioneiro de guerra porque os quatro tratados que foram assinados em 1949 são considerados essenciais para as regras de tratamento de prisioneiros dos conflitos militares modernos.

Inicialmente, o governo americano defendeu a posição de que a definição nos artigos que cobrem prisioneiros de guerra não eram aplicáveis aos combatentes na guerra contra o terrorismo, embora o artigo 5 da Terceira Convenção de Genebra estipu-

le que em caso de dúvida se o combatente é coberto ou não pelo artigo 4, este deve ser coberto pela Convenção até que o seu *status* possa ser determinado por tribunal competente.

Por outro lado, os soldados do Taliban eram combatentes regulares, estavam sob comando de oficiais superiores, carregavam as armas abertamente,

e o governo era reconhecido por alguns países.

Em vista das críticas e da pressão da comunidade internacional, o Presidente Bush decidiu que a Convenção se aplica ao Taliban mas não aos outros combatentes de vários países, decisão que em nada modifica o *status* anterior, porque a administração sempre asseverou que, de um modo geral, os prisioneiros estão sendo tratados de acordo com a Convenção.

Esta idéia de fazer distinção entre os tipos de prisioneiros não é nova: na Guerra do Vietnã, os vietnamitas do norte recebiam o *status* de prisioneiros de guerra, mas não os vietcongues, mas eventualmente ambos

O fator econômico de um país é então um dos principais para a modernização das forças armadas, e como não existe país com o poder econômico dos Estados Unidos, este será por muito tempo o poder hegemônico

foram resguardados pela Convenção como um meio de proteger forças americanas caso fossem capturadas pelos vietcongues.

É difícil de entender a razão destas regras porque a mesma razão que foi aplicada ao vietcongue também se aplica atualmente à guerra contra o terrorismo, uma vez que americanos também podem ser capturados pelo inimigo.

O *status* é relevante porque é relacionado ao tratamento dos prisioneiros.

A imagem dos prisioneiros chegados em Guantânamo em correntes, atados, cabeça coberta e colocados em jaulas é uma que não se tinha visto no Oeste há muito tempo, e as críticas foram tais que o Pentágono suspendeu o transporte de prisioneiros por algum tempo.

Igualmente significativa é o fato de que os prisioneiros não estão em território americano, onde os métodos de interrogatórios são bem protegidos por lei.

A questão de tortura é comumente realçada, e existem indícios de que prisioneiros são transferidos para países que permitem tortura para serem interrogados pelo FBI e pela CIA.

No momento, não se tem idéia do número de prisioneiros, de quem são os prisioneiros, das suas nacionalidades, do tratamento que recebem; suas famílias e governos não são notificados, não é permitido que tenham advogados e o tempo de detenção é indeterminado, e talvez perpétuo, mesmo que os acusados sejam julgados inocentes.²⁰

Assim, documentos como os da Convenção de Genebra, que foram negociados por longo tempo, e que representam o discernimento coletivo de experiência de

séculos de guerras atroz, estão sendo modificados por um país hegemônico, e o serão também por outros países.

É neste cenário que entram os Tribunais Militares Especiais* criados pelo Presidente Bush.

Este é um sistema de justiça criminal paralelo que não é o mesmo do sistema de justiça militar tradicional.

Inicialmente, as regras também eram diferentes: a detenção podia ser ou em território americano ou fora deste; todas as punições eram as permitidas por lei, inclusive prisão perpétua e pena de morte; evidência era mantida secreta; o advogado de defesa era selecionado pelo Secretário de Defesa; 2/3 dos votos eram necessários para condenação; somente o presidente tinha o poder de conferir perdões e

suspensão de pena; o condenado não tinha direito de apelo em nenhuma corte nos Estados Unidos, em país estrangeiro ou tribunal internacional.²¹

Assim, as guerras do futuro vão se desenrolar tanto no planeta como no espaço

As críticas a esses tribunais secretos foram imediatas, desde os argumentos que a ordem violava as liberdades civis garantidas na Constituição aos argumentos que a ordem violava lei internacional e especialmente as Convenções de Genebra, que garantem o bom tratamento de prisioneiros de guerra.

Ainda mais, que tais tribunais criariam o risco de outras nações julgarem oficiais americanos por crimes de guerra e, igualmente relevante, a distinção entre os termos *combatentes legais* e *combatentes ilegais*.

Este último termo levanta não somente a questão de quem é *combatente ilegal* (termo aplicado em 1942 pela Corte Suprema dos Estados Unidos aos sabotadores

* N.R.: Veja "Justiça supranacional, história e política" na RMB 3º trim./2002, págs. 25 a 48.

alemães) como a interpretação da Casa Branca, que sustenta que terroristas não são *combatentes legais*.

O termo é delicado porque pode ser aplicado tanto a forças dos países que apóiam o terrorismo como às forças americanas engajadas em campanha contra tais países, como a forças especiais americanas que se infiltraram no Afeganistão disfarçadas em afeganes, as quais podem ser capturadas e designadas de *combatentes ilegais*.²²

Em vista da reação da comunidade internacional e da possibilidade de americanos serem capturados, e percebendo ser essencial assegurar que os prisioneiros recebam julgamento justo, a Casa Branca, em março de 2002, emitiu novas ordens que modificam as regras mais criticadas:

– a sentença de pena de morte agora requer unanimidade;

– o acesso da mídia à maioria dos processos é permitido;

– os acusados terão advogados militares

pagos pelo governo e também será permitido contratar advogados particulares;

– os acusados são considerados inocentes até prova do contrário; e

– a culpa tem que ser acima de qualquer dúvida razoável.

Outras regras continuam: não há jurados, boatos são aceitos como prova, revisão civil não existe, detenção ainda é indefinida e o Congresso não tem participação.²³

Estas não são as regras de tribunais militares tradicionais nem é o tratamento de prisioneiros como esperado e ao qual estamos acostumados.

Tribunais desta natureza omitem processo estabelecido e levantam suspeita mundial de que o processo meramente imita o

processo regular para finalmente aplicar a pena de morte.

Um dos resultados é que países europeus se recusam a extraditar prisioneiros para os Estados Unidos, como foi anunciado pela Espanha, que somente extradita suspeitos para serem julgados em corte civil. E o governo canadense está sob intensa pressão para trazer a público a transferência para os Estados Unidos de prisioneiros capturados pelos seus soldados.

Ainda mais problemático é decidir **onde estes tribunais vão ser conduzidos**.

Inicialmente se pensou usar uma base americana **fora do território** dos Estados Unidos, provavelmente Guantánamo, mas

o problema é que muitas destas bases em territórios alugados estão em países que proíbem a pena de morte.

Uma outra opção é conduzir os tribunais **em navios americanos** em alto-mar e em águas internacionais.²⁴

Deste modo, os países que ajudam esta

guerra contra o terror devem estar cientes que existem possibilidades de no futuro serem acusados de violarem regras internacionais, o que é o problema agora levantado no Afeganistão, que quer saber o destino dos prisioneiros capturados por forças aliadas.

Na queda de Bagram, as forças da Aliança do Norte executaram um grande número de prisioneiros e saquearam a cidade, e o mesmo se deu na marcha em direção a Kabul e nas operações na região do Norte, sem que os Estados Unidos pudessem ou desejassem intervir.

O único comentário veio do Secretário de Defesa Rumsfeld, de que “séculos após séculos, em alguns casos, cidades inteiras são eliminadas”.

Os atritos entre os europeus e os Estados Unidos estão se tornando cada dia mais claros e será uma questão de tempo para as tensões se elevarem

Mas também se fala no massacre pela Aliança do Norte, com o apoio de forças especiais americanas e inglesas, dos prisioneiros do Taliban que se revoltaram em Mazar-i-Sharif.²⁵

No que diz respeito a guerras, o Presidente Bush já transformou o cenário das regras legais de tratamento de prisioneiros de guerra, e outros países vão, sem dúvida, fazer o mesmo.

NOVO MODELO: EXPANSÃO DA GUERRA CONTRA O TERRORISMO

A guerra contra o terrorismo, como definida pela Casa Branca, é uma guerra global que não pode perder impeto, e conseqüentemente tem que continuar além do Afeganistão, com a seleção de novos alvos.

Alguns já falam de um Império Americano como o único *superpower* que deve

capitalizar na vitória no Afeganistão para unificar o globo na luta contra vários tipos de perigo e daí a necessidade de definir a próxima campanha.

No presente, qualquer país que tenha grupos desafetos dos quais deseja se ver livre pode pedir ajuda dos Estados Unidos e alegar uma luta contra o terrorismo.

A Presidente Arroyo, das Filipinas, alegou esta razão para receber vários tipos de ajuda militar e econômica a fim de derrotar o grupo Abu Sayyaf, considerado o menor, mas o mais militante dos grupos separatistas islâmicos.

Israel invoca a guerra contra o terrorismo para ocupar West Bank e Gaza e recebe aprovação dos Estados Unidos.

A Indonésia é um país com população de 220 milhões de habitantes e grande maioria islâmica, no qual os Estados Unidos desejam ter uma entrada porque suspeitam que grupos locais estejam ligados com a Al Qaeda. Todavia, a frustração é que a Presidente Megawati não tem requisitado ajuda americana e o Pentágono, que deseja treinar os militares indonésios, não pode iniciar contatos devido à lei que proíbe qualquer assistência militar até que o exército aceite a responsabilidade pelas mortes de civis do Timor Leste em 1999.

Sob os mesmos pretextos, os Estados Unidos estão agora treinando tropas no Iêmen.

Os macedônios já consideraram a luta contra a minoria albanesa como luta contra o terrorismo, e a Algéria já requisitou assistência militar pelas mesmas razões.

De uma forma ou de outra, em todos estes países não existe nes-

te momento a possibilidade de que uma luta da magnitude daquela no Afeganistão vá ocorrer, mas estas ajudas podem ser usadas para virtualmente dar a impressão de que a guerra contra o terrorismo está sendo conduzida com todo ardor.

Os alvos não são somente os países que requerem ajuda americana, mas também aqueles que a administração seleciona por si mesma em várias partes do globo, uma das quais é a América do Sul.

A guerra na Colômbia está mudando de guerra contra narcóticos para guerra contra o terrorismo, com o pedido financeiro do Presidente Bush ao Congresso de ajuda direta ao governo colombiano para a luta contra as Forças Armadas Revolucionárias.

“Leis internacionais e regras são incertas e onde a verdadeira segurança e defesa ... depende de posse e uso de poder militar”

Hobbes

nárias da Colômbia, as quais já foram designadas terroristas.²⁶

Um outro alvo é a região da triplíce fronteira de Brasil, Argentina e Paraguai, que é descrita pelas agências de inteligência como *Wild West*, onde crime, extremismo religioso e política estão ligados, e onde Bin Laden criou células para recrutar entre a população expatriada do Oriente Médio.

Esta expansão requer que os Estados Unidos tenham bases em várias partes do globo, medida que já está adiantada na Ásia Central. No Uzbequistão existem tropas americanas desde 1999, com Green Berets cultivando amizade com as

elites políticas e militares com o fim de desviar o foco destes países da Rússia para os Estados Unidos, e no Kyrgyzstan uma base foi criada, com aproximadamente três mil homens e acomodações para aviões de combate e de transporte.²⁷ No Oriente Médio bases estão sendo sigilosamente criadas nos pe-

quenos emirados para contrabalançar a perda quase certa das bases na Arábia Saudita. E os Estados Unidos estão à procura de uma base central na América do Sul. A Argentina está localizada muito ao sul, o Equador está na costa oeste da América do Sul, e a localização ideal, sob todos os aspectos, é uma base na costa leste da América do Sul, de preferência no Nordeste brasileiro.

E novas razões estão sendo articuladas para lançar um ataque contra o terrorismo. Uma delas é considerar ação militar em regiões sem lei como na Somália, e em áreas do Iêmen, Indonésia e Filipinas; uma outra é contra *failed states* (estados que falha-

ram), principalmente na África, e contra estados que tentam desenvolver armas de destruição em massa.

Todas estas definições caminham lentamente para atingir o alvo principal, que é o Iraque, o qual é parte do chamado *Axis of Evil*, que compreende Iraque, Irã e Coréia do Norte.

Após a luta contra a Al Qaeda, o caso do Iraque é o que mais preocupa a atenção da Casa Branca.

De um modo ou de outro, os Estados Unidos vão invadir o país sob muitos pretextos, pretextos que podem também ser aplicados contra alguns dos países vizinhos.

O caso contra o Iraque não é somente devido às inspeções das Nações Unidas, porque o estado de Israel também se recusa a obedecer às Resoluções das Nações Unidas e todos sabem que o país tem um programa atômico mas se recusa a permitir inspeções.

O que não é tolerado é o fato de que o primeiro Presidente Bush não eliminou o regime de Saddam Hussein.

Verdade seja dita, todavia, que o mandato das Nações Unidas foi somente para expulsar o Iraque do Kuwait, não para conquistar o Iraque.

Mas esta decisão, baseada na legitimidade das Nações Unidas, é totalmente ignorada pela alta administração. A administração, apesar de ter procurado por todos os meios ligar o Iraque ao ataque de 11 de setembro ou ao ataque de antraz em Nova Iorque, falhou em encontrar provas, e quanto à produção das chamadas "armas de destruição em massa", ainda tem que ser com-

**A Casa Branca também
começou a perceber que a
Europa não pode ser
deixada de lado por muito
tempo, do contrário pode
estabelecer um poder
adversário ao dos Estados
Unidos**

provado, embora vá ser sobre este último pretexto que o Iraque vai ser invadido.

Nos círculos mais altos da administração, existem algumas personalidades de grande influência que estão puxando para uma operação militar baseada no mesmo modelo do Afeganistão: uso de forças rebeldes locais, forças especiais e bombardeamento aéreo americano, apoio dos países vizinhos e apoio moral pelo menos da Europa, China, Rússia e de países árabes. A outra versão é empregar uma força de aproximadamente 250 mil homens, com missões aéreas devastadoras, e que possa invadir o Iraque a partir dos países vizinhos.²⁸

O ataque vai ser levado avante porque é um ponto de honra para o Presidente Bush; daí nada se pode esperar de diplomacia.

E o ataque vai ocorrer independentemente da falta de apoio mundial.

Os países e as regiões essenciais para apoio moral e material já se manifestaram contra: a Liga Árabe, que se reuniu em março de 2002, declarou apoio ao Iraque após o pacto entre Iraque e Kuwait e recebeu de braços abertos o representante iraquiano, e o príncipe herdeiro da Arábia Saudita, pessoalmente, selou em público o retorno do Iraque às nações árabes com o tradicional abraço de boas-vindas ao seu representante.

O ministro de Defesa da Rússia, Sergei B. Ivanov, declarou que Moscou não apóia a extensão da guerra contra o terrorismo ao Iraque, e que qualquer ataque deve ter a sanção das Nações Unidas.

A China também se opõe.

Os sauditas e o Rei Abudhala, da Jordânia, além de não apoiarem qualquer

ataque, também não permitem o uso de seus territórios como bases, e talvez nem cruzar o espaço aéreo.

A Comunidade Européia também é contra qualquer ataque e o ministro de Relações Exteriores da Alemanha advertiu a administração do Presidente Bush "não tratar aliados dos Estados Unidos como estados satélites num novo império, ou agir unilateralmente contra países como o Iraque...". Acima de tudo, os kurdos, no norte do Iraque, não desejam se envolver em operações na região, e um de seus líderes declarou que "os kurdos se opõem a qualquer atentado para depor Saddam Hussein".²⁹

Os países "ou estão conosco ou contra nós, e se forem contra nós vão pagar [alto] preço, ... e isso é unilateralismo"

Presidente *Bush*

NOVO MODELO: PODER MILITAR NA ERA DE GUERRA ESPACIAL

O poder militar dos Estados Unidos não resulta somente, e nem está totalmente dependente, do que acabamos

de discutir. Na realidade, o seu poder emana da tecnologia militar que se desenvolveu desde a Guerra do Golfo Pérsico e das operações na Iugoslávia. E agora está preparado para se projetar numa velocidade galáctica que já deixou, e vai deixar ainda mais, para trás todos os outros países do globo, cujo poder militar vai ser distorcido.

As operações no Afeganistão deixaram bem claro que não existe no globo país algum cujas forças possam enfrentar as dos Estados Unidos em pé de igualdade. A lacuna entre as forças dos Estados Unidos e da OTAN foi claramente mostrada nas operações na Iugoslávia e no Afeganistão, e esta é uma das razões pelas quais os Estados Unidos não estão interessados em aliados internacionais participando da guer-

ra no Afeganistão ou das guerras futuras contra o terrorismo.

O fato se deve a que os países europeus não modernizaram as suas forças militares e nem desenvolveram tecnologia que possa ser comparada à dos americanos.

Esta lacuna se manifesta em várias áreas.

A primeira é a do investimento financeiro nas Forças Armadas dos Estados Unidos, que é de 296,4 bilhões de dólares (3% do PNB), seguido pela Inglaterra, 35,2 bilhões (2,5% do PNB), seguidos pela França,

Alemanha, Itália, Turquia etc, e daí para baixo. Os europeus percebem que estão rapidamente se tornando poderes de segunda classe porque suas forças não podem ser movimentadas rapidamente, não podem reabastecer aviões em vôo, não podem usar equipamento de precisão guiado por satélites (*precision-guided weapons*) e não podem operar com radar em campos de batalha dirigidos do espaço porque não têm armas espaciais.

Esta discrepância é tão grande que o uso de tais forças com as dos Estados Unidos acaba causando o caos.

O que existe é uma divisão de mão-de-obra na OTAN, na qual os americanos lutam e os europeus seguem para organizar e manter a paz, daí o clichê que se ouve na Europa: "os Estados Unidos são o poder que luta, as Nações Unidas alimentam e a União Européia financia, enquanto forças européias, como no Afeganistão e nos Bálcãs, mantêm a paz."³⁰

Se esta é a situação com a Europa Ocidental, pode-se bem imaginar a situação das forças militares de outros países.

O fator econômico de um país é então um dos principais para a modernização das forças armadas, e como não existe país com o poder econômico dos Estados Unidos, este será por muito tempo o poder hegemônico.

Daqui em diante, a tecnologia mais avançada vai ser essencial para assegurar sucessos militares. Mas as armas que talvez possam assegurar a vitória serão muito diferentes das que foram usadas até a Guerra no Vietnã, e armas nucleares, radiológicas e químicas serão um dos componentes da guerra

do futuro para proteger os Estados Unidos.

A recente revisão da postura nuclear pelo Pentágono cita a necessidade de considerar novas armas atômicas de baixo nível explosivo que produzam menos partículas radioativas na atmosfera, e desenhadas especialmente para diversos alvos, como instalações subterrâneas, incluindo depósitos de armas químicas e biológicas para atingir países como Iraque, Irã, Líbia,

Síria, Coreia do Norte, China – se necessário – e a Rússia numa possível contingência.

O Pentágono descreve estas armas como *sistemas ofensivos de ataque* para serem usados em "alvos não nucleares capazes de resistir a ataques não nucleares."³¹

Se este plano se concretizar, as guerras do futuro serão uma combinação do trio de armas nucleares, armas não nucleares e ataque com armas nucleares para aniquilar armas de destruição em massa.

Estas armas terão um poder redobrado porque vão ser dirigidas do espaço.

As forças militares americanas têm planos para um "arsenal variado no espaço...

Ao demolir a ordem do passado, a que está sendo criada não tem os pré-requisitos para manter a paz; ao contrário, vai inaugurar uma era de lutas, submissão e um novo tipo de imperialismo. Neste processo já se identifica os que estão perdendo o poder: as Nações Unidas

com microssatélites capazes de sabotar satélites inimigos com poderosos raios de microondas, varas de metal (*flechettes*) que teoricamente podem ser lançadas do espaço para destruir alvos na Terra e canhões com raios *laser* para eliminar qualquer alvo no planeta”.

O produto mais recente desta tecnologia satélica é o *Warfighter I*, um satélite pequeno que é na realidade uma câmara fotográfica extremamente poderosa que produz novas possibilidades para vigilância global, tais como a capacidade de discernir se um tanque está sob uma árvore ou se está coberto com camuflagem ou pintado para não parecer ser tanque; nada escapa deste satélite, por mais que se tente.

O espaço então será a última fronteira, e com tal tecnologia os Estados Unidos têm um domínio global da guerra espacial, isto é, domínio completo do espectro (*global battlespace dominance*, ou *full spectrum dominance*).

Este domínio assegura o controle estratégico do terreno mais elevado que permite o uso livre do espaço para atacar não somente o planeta, mas também negar o uso do espaço para outras nações.

Assim, as guerras do futuro vão se desenvolver tanto no planeta como no espaço.³²

A pergunta fundamental é se estas armas serão usadas para proteger de um ataque contra os Estados Unidos ou serão

usadas por estes para um ataque antecipado, “incluindo conflitos com adversários não nucleares”.

Os Estados Unidos não garantem que não serão os primeiros a atacar com armas nucleares de baixa intensidade.³³

O Presidente Bush já anunciou a nova doutrina de segurança estratégica dos Estados Unidos de serem os primeiros a atacar

nações que apóiam o terrorismo e as em busca de armas de destruição em massa (*pre-emptive strikes*).

No caso do Iraque, já existem ordens para as forças especiais e da CIA liquidarem Saddam Hussein em caso de autodefesa.³⁴

Nestas operações de intervenção armada, os Estados Unidos esperam colaboração da Rússia e de outros países.

O problema é que, uma vez que os Estados Unidos produzam tais armas e apliquem tal doutrina, outros países farão o mesmo, e aí voltamos ao terror da Guerra Fria, com uma corrida de armamentos

que será não somente para ataque, mas também para defesa.

OS LIMITES DO PODER

No momento, todas as vias levam a Washington, do mesmo modo que no passado todas as vias levavam a Roma. Washington está em controle da geopolítica mundial, da economia e do poder militar.

O Brasil deve levar em consideração as novas estratégias e decidir como deve se defender destas se forem alguma vez usadas contra o País. Deve também reavaliar a estruturação das Forças Armadas nesta chamada Quarta Idade Militar, para melhor defender o território nacional, e considerar a importância da nova tecnologia militar, principalmente a tecnologia espacial

Deste modo, pode-se dizer que a comunidade internacional está retornando à época de impérios porque país tão dominante como os Estados Unidos não tem aparecido na "história do mundo desde o Império Romano".³⁵

Existem limites a este poder?

Não no momento, mas podem aparecer no futuro, apesar da disparidade tecnológica.

Existem exemplos na história de civilizações, e não precisamos ir tão longe como no tempo dos assírios, de Alexandre da Macedônia, Roma, ou Gengis Khan. Aos conhecedores de história mundial imediatamente vem à mente o exemplo de Napoleão Bonaparte (seguido pelos alemães na Segunda Guerra Mundial), que conquistou a Europa de modo assombroso com um exército invencível e sem inimigos à altura, mas que eventualmente foi derrotado pela coalizão de forças que individualmente nunca poderiam alcançar vitória e por erros estratégicos como permitir ser imobilizado no inverno russo.

Um exemplo ainda

mais recente é o de Bismarck ao criar o Segundo Reich. Após a unificação de 1871, a Alemanha de Bismarck era mais poderosa do que qualquer outra nação na Europa, mas ao mesmo tempo era ameaçada pelo ressentimento de todas. Em 1877, Bismarck decretou uma *regra de ferro* para a política exterior da Alemanha ao criar uma "situação política na qual todos os países precisam de nós e devem ser o mais possível impedidos de criarem coalizações contra nós".³⁶

O fim do Segundo Reich é bem conhecido.

Este modelo é o chamado *hub and spokes*: os Estados Unidos no centro e os outros países individualmente mais ligados

aos Estados Unidos do que entre si, como os raios de uma roda ligados ao centro.

Entre Napoleão e Bismarck há muito o que aprender.

O poder aéreo tem um outro limite, que é operar a grandes altitudes, com função importantíssima em certos tipos de guerra, não podendo entretanto assegurar vitória total no solo a não ser que seja seguido por forças de ocupação. Do contrário, o que se vê são as forças inimigas em retirada organizada à espera do momento oportuno para atacar, que é o modo pelo qual a Al Qaeda e o Talibã estão operando.

Além do mais, os erros humanos em dar coordenadas para os alvos ou a inteligência errada ou maliciosa, que acabam atingindo

alvos errados, produzem ressentimento entre a população, que pode se tornar antiamericana, como é o caso no Paquistão.

Os Estados Unidos já estão enfrentando este problema no Afeganistão, com centenas de mortes civis devido a vários tipos de erros nas operações

aéreas e com uma reação da população que pode prejudicar o governo Karzai. Uma das conseqüências é que o governo afegane deseja ter uma função mais ampla nas operações militares, e se tal não ocorrer, o ministro das Relações Exteriores já declarou que "ele não mais pode ter parte" nos ataques aéreos.³⁷

Outro limite do poder é a comunidade internacional. Os atritos entre os europeus e os Estados Unidos estão se tornando cada dia mais claros e será uma questão de tempo para as tensões se elevarem.

Uma das razões é a quase unanimidade dos países europeus contra um ataque uni-

As necessidades do poder hegemônico são tais que este pode atingir todos os países do globo, e qualquer esperança de uma volta ao passado deve ser posta de lado

lateral contra o Iraque sem consultar as Nações Unidas, que se for avante os europeus e um bom número dos países do globo podem retirar o apoio moral tão essencial para o poder hegemônico e podem recusar qualquer forma de ajuda. No Oriente Médio, os Estados Unidos estariam sozinhos, com exceção dos pequenos emirados com bases disponíveis e de Israel, que não pode dar ajuda alguma aos americanos sem incitar rebeliões nos países árabes que podem derrubar os governos do Egito, da Jordânia e talvez da Arábia Saudita. O atrito é também entre os Estados Unidos e as Nações Unidas. Embora seja quase certo que o Conselho de Segurança vá aprovar uma Resolução para o retorno de inspetores, uma segunda Resolução para invadir o Iraque será mais difícil e o Conselho de Segurança talvez não tenha votos para apoiar um ataque unilateral. Neste impasse, a comunidade internacional possivelmente poderá adotar o modelo descrito anteriormente, de contribuir com algo que não esteja diretamente ligado a ações militares, enfim, uma aliança transitória e de conveniência. Este método, todavia, não é a forma mágica encontrada para validar ações unilaterais. Além disso estas alianças de momento serão mais difíceis de serem construídas, porque à medida que a guerra contra o terrorismo e os países considerados inimigos se expande, países que costumeiramente dão auxílio vão começar a sofrer da *fadiga de guerra contra o terrorismo* e de serem manipulados para aderir a alianças de momento. Esta possibilidade se torna mais real prin-

O Brasil é um país de poder médio que mantém a balança na América do Sul, e como tal deve se preparar para o futuro, sempre tendo em mente que a proteção do território brasileiro vem em primeiro lugar

cipalmente se a presente situação econômica se tornar uma depressão mundial.

Uma outra razão é a irritação crescente dos europeus com a Casa Branca, ao perceberem um desprezo dos americanos por uma Europa mais fraca, e que está produzindo pressão para maior unidade europeia. Os interesses também estão divergindo e “subitamente a percepção de que as relações mudaram”. E mesmo os mais leais aos Estados Unidos estão se expressando numa linguagem inconcebível até 11 de setembro a respeito do modo como este

país maneja a Corte Internacional de Crimes, da obsessão em atacar o Iraque, da deterioração das relações entre palestinos e israelenses e das exigências impostas a Yasser Arafat.

A Europa é muito mais multilateralista do que os Estados Unidos devido às guerras do passado, enquanto os Estados Unidos seguem um unilateralismo

hobbesiano, no qual “leis internacionais e regras são incertas e onde a verdadeira segurança e defesa ... depende de posse e uso de poder militar”.

Existe o mito de que os valores dos Estados Unidos e da Europa são os mesmos, mas a verdade é que são civilizações diferentes e com valores e visões do mundo também diferentes. Como disse um autor, “é sobre história e cultura”.³⁸

Um outro problema é o fato de que a visão dos Estados Unidos de ser a Jerusalém na colina e o mais virtuoso dentre todos os países, aliada ao seu poderio econômico e militar, impede o desenvolvimento de modelos de como negociar a paz. O

método de caracterizar o oponente e o sistema como diabólicos elimina de imediato qualquer possibilidade de solução pacífica, que, além disso, leva à conclusão de que o regime tem que ser deposto.

E como fazer a paz sem o apoio da comunidade internacional quando esta é necessária para legitimar os governos, ou países, criados pelo poder militar dos Estados Unidos?

Alianças não podem sobreviver se o interesse próprio é somente o dos Estados Unidos.

A Casa Branca está começando a perceber que não pode manter uma guerra mundial contra o terrorismo sem ajuda de aliados, razão pela qual o Secretário de Defesa Rumsfeld sugeriu aos membros da OTAN que o fim da Guerra Fria modificou o conceito de fronteiras, "do que está dentro e do que está fora ..." e propôs aos seus membros que a OTAN seja usada fora das fronteiras da Comunidade Européia e que mudem o foco e os recursos para combater o terrorismo através do globo, enfim, "se preparar agora para as guerras do futuro". A Casa Branca também começou a perceber que a Europa não pode ser deixada de lado por muito tempo, do contrário pode estabelecer um poder adversário ao dos Estados Unidos.³⁹

Qual é então o lugar dos Estados Unidos no globo? As opiniões variam de novo imperialismo a império, a maior cooperação. Para muitos, a decolonização dos anos 40 e 50 criou um vácuo de poder na maior parte do globo, e desde que poder é a moeda em circulação no sistema internacional, os "Estados Unidos devem usá-lo quando julgar necessário"; para outros, a grande preponderância dos Estados Uni-

dos pode torná-lo "não mais seguro, mas menos seguro".⁴⁰

E qual é a posição dos outros países no globo e a repercussão para as forças armadas nacionais?

A curto prazo, os europeus e a Rússia vão estar sob grande pressão para levar avante a guerra global contra o terrorismo. Os países de poder médio, e aqui se encontra o Brasil, naturalmente, não podem dizer que não apóiam a luta contra o terrorismo, mas o melhor é deixar que os países voluntários se desempenhem da missão.

Mas os países do globo devem considerar o fato de que, desde que a guerra contra o terrorismo é universal e sem fim, o problema é que se uma conflagração ocorre em países vizinhos, os Estados Unidos vão exigir cooperação como exigiram do Paquistão.

Na América do Sul, o problema é a guerra na Colômbia, que tem todas as características para infiltrar os países

vizinhos. Em relação a isso, os Estados Unidos já declararam a intenção de expandir a guerra em duas frentes: contra as guerrilhas que já foram identificadas como terroristas e contra os traficantes de drogas.

O embaixador colombiano nos Estados Unidos já declarou que a Colômbia também está lutando contra o terrorismo e que as guerrilhas são de fato terroristas porque assaltam civis.⁴¹

Se a luta realmente se espalhar, os países vizinhos vão ser convidados a tomar parte em troca de ajuda militar, ou arriscarão a ira dos Estados Unidos e entrarão na lista dos que apóiam o terrorismo: como diz o Presidente Bush, os países "ou estão conosco ou contra nós, e se forem contra nós vão pagar [alto] preço, ... e isso é unilateralismo".⁴²

O Brasil não deve ficar sempre mirado nos Estados Unidos

O Brasil será um dos países que terão que responder a estas questões.

CONCLUSÃO

A nova ordem mundial já foi definida pelos Estados Unidos com os vários modelos estratégicos.

Neste processo, os Estados Unidos estão demolindo as instituições tradicionais que conseguiram manter a paz durante a Guerra Fria e as que tinham sido desenvolvidas através de séculos como meios de prevenir lutas e destruição.

Mas, ao demolir a ordem do passado, a que está sendo criada não tem os pré-requisitos para manter a paz; ao contrário, vai inaugurar uma era de lutas, submissão e um novo tipo de imperialismo. Neste processo já se identifica os que estão perdendo o poder: as Nações Unidas, que inicialmente foram postas de lado e eventualmente consultadas para permitir a criação de uma *aliança de conveniência*, mas com uma autoridade mais diminuída e destinadas a encontrar muitos desafios no futuro; as ONGs que não vão ser usadas pela Casa Branca e assim perdem parte de seus poderes; a OTAN, que no momento é irrelevante e que carrega uma ironia profunda, que é a sua incapacidade de participar no novo modelo de guerras devido ao atraso tecnológico de suas forças armadas, ao mesmo tempo que o país líder da OTAN desenvolveu um arsenal assombroso.

Mas a OTAN pode ser usada para agir em outras partes do globo que não a Europa Ocidental, como o Secretário Rumsfeld sugeriu, e nesse caso devemos estar preparados para uma nova versão de imperialismo ocidental.

Assim, as estratégias do passado devem ser reconsideradas e adaptadas às necessidades do presente e do futuro próximo, de acordo com a visão que a socieda-

de tem para o futuro, de acordo com as necessidades de proteger o território nacional, de acordo com o grau desejado de participação no cenário mundial, e de como o país deseja, ou não, se entrosar na política internacional.

O Brasil não deve ficar sempre mirado nos Estados Unidos.

Na época de Napoleão e Bismarck, não havia uma Rússia e uma China com armas atômicas, países que no presente, se puxados ao extremo, podem se virar contra o Oeste.

O Brasil deve levar em consideração as novas estratégias e decidir como deve se defender destas se forem alguma vez usadas contra o País. Deve também reavaliar a estruturação das Forças Armadas nesta chamada Quarta Idade Militar, para melhor defender o território nacional, e considerar a importância da nova tecnologia militar, principalmente a tecnologia espacial.

É bem possível que jamais vejamos guerras como a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, mas, por outro lado, o futuro parece bem incerto, tanto porque a ordem do passado não mais funciona como a nova ordem pode produzir caos.

As necessidades do poder hegemônico são tais que esta pode atingir todos os países do globo, e qualquer esperança de uma volta ao passado deve ser posta de lado.

As mudanças que estamos observando são penetrantes porque já estão sendo postas em vigor, e mesmo se as mudanças atuais não se tornarem efetivas, certamente vão ser adaptadas no futuro. Neste ponto deve-se considerar que mesmo depois de Napoleão Bonaparte ter sido derrotado e morto, as mudanças causadas por ele nunca puderam ser totalmente erradicadas, nem mesmo pela Santa Aliança.

A América Latina, queira ou não, vai ser chamada a participar, principalmente se a ALCA for adiante, porque os Estados

Unidos consideram a luta contra o terrorismo como a luta contra o comunismo e esperam o apoio e a participação de toda a América Latina.

O Brasil é um país de poder médio que mantém a balança na América do Sul, e como tal deve se preparar para o futuro, sempre tendo em mente que a proteção do território brasileiro vem em primeiro lugar e tem prioridade sobre operações internaci-

onais que resultam de política na qual o Brasil não teve e não tem participação alguma. Acima de tudo, deve relembrar, como os europeus tardiamente estão se dando conta, que a civilização, a cultura e a visão universal do Brasil não são as mesmas dos Estados Unidos.

Na realidade, nós estamos mais próximos dos europeus do que dos Estados Unidos.

☞ CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<GUERRAS> / Guerras do futuro /; Nova Ordem Mundial;

**As coisas têm a dimensão
que nós atribuímos. Extraia o
máximo das pequenas vitórias
e elas transformar-se-ão em
grandes acontecimentos.**

REFERÊNCIAS

1. Garner, Lydia Magalhães Nunes. "A questão de tratados tendo em vista a soberania dos estados nacionais", Conferência, Escola Superior de Guerra, 22 de agosto de 2000. Rio de Janeiro.
2. Rumsfeld, Donald "Transforming the Military", *Foreign Affairs*, Vol. 81, n. 3 (May/June 2002), pp. 20-32.
3. Krepinevich, Andrew. In Bill Keller, "The Fighting Next Time", *New York Times Magazine*, março de 2002, Seção 6, pp. 36, 37.
4. Bumiller, Elisabeth. "Bush Says War May Go Beyond Afgan Border", *New York Times*, 22 de novembro de 2001, p. B2; Purdum, Todd S. e Sanger, David E. "2 Top Officials Offer Stern Talk on U.S. Policy", *New York Times*, 2 de fevereiro de 2002, pp. A1, A8.
5. Gordon, Michael R. "Cheney Rejects Criticism By Allies Over Stand on Iraque", *New York Times*, 16 de fevereiro de 2002, p.A6.
6. Worth, Robert F. "A Nation Defines Itself By Its Eveil Enemies," *New York Times*, 24 de fevereiro de 2002, seção 4, p. 1.
7. Garner, Lydia Magalhães Nunes. "A Amazônia e os interesses estrangeiros, do Segundo Reinado ao desafio da Nova Ordem Mundial", In *A Defesa Nacional*, Ano LXXXIII, N. 777, Jul/Ago/Set 97, p. 22.
8. Brzezinski, Zbigniew. Conselheiro do Presidente Carter para segurança nacional, recentemente expressou esta opinião num artigo publicado no *New York Times* no mês de agosto de 2002.
9. Garner, "A Questão de Tratados Tendo em Vista a Soberania Dos Estados Nacionais".
10. Sanger, David E. "U.S. Restates Its Stand On Missiles In China", *New York Times*, 5 de novembro de 2001, p. Y3; "China Bluntly Rebukes U.S. Over Nuclear Policy Review", *New York Times*, 17 de março de 2002, p. 8 yne.
11. Neil A. Lewis, "U.S. Is Set to Renounce Its Role in Pact for World Tribunal", *New York Times*, 5 de maio de 2002, p. Y8; Shanker, Thom. "Administration Says Russia Is Preparing Nuclear Tests", *New York Times*, 12 de maio de 2002, p. Y4; Singer, David E. "Before and After Bush and Putin's Banter, No Agreement on Missile Defense", *New York Times*, 16 de novembro de 2001, p. A8; Miller, Judite. "When Is Bomb Not a Bomb? Germ Experts Confront U.S.", 5 de setembro de 2001, p. A5; Revkin, Andrew C. "Climate Talks Come Down Ro Hanggling Over Details", *New York Times*, 9 de novembro de 2001, p. A9.
12. Thompson, Ginger. "Fox Urges Scrapping of 54-Year Treaty Between U.S. and Mexico", *New York Times*, 8 de setembro de 2002, p. A6.
13. Gordon, Michael R. "Alliances of Convenience", *New York Times*, 23 de outubro de 2001, pp. A1, B3.
14. Gordon, Michael R. "Afagans Block Britain's Plan for Big Force", *New York Times*, 20 de novembro de 2001, pp. A1, B4.
15. Schmitt, Eric e Dao, James. "Bush Administration Says It's Too Early to Deploy International Peacekeepers", *New York Times*, 1^a de dezembro de 2001, p. B2; Gordon, Michael R. "U.S. and Britain at Odds Over Use and Timing of Peacekeeping Troops", *New York Times*, 2 de dezembro de 2002, p. B4.
16. Erlanger, Steven. "Europe Seethes as the U.S. Flies Solo in World Affairs", *New York Times*, 23 de fevereiro de 2002, p. A8.
17. Erlanger, Steve. *New York Times*, "U.S. Officials Try to Assure Europeans On NATO", 3 de fevereiro de 2002, p. Y7.
18. Frantz, Douglas. "Qaeda Survivors by the Hundreds said to Disappear", *New York Times*, 19 de dezembro de 2001, pp. A1, B3.
19. Gordon, Michael R. "One War, Differing Aims", *New York Times*, 18 de dezembro de 2001, pp. A1, B3.

20. Chandrasekaran, Rajiv e Finn, Peter. "U.S. quietly rounds up terror suspects with countries' aid", *Austin American-Statesman*, 17 de março de 2002, pp. A21, A22; Katharine Q. Seelye, "Rumsfeld Backs Plan to Hold Captives Even if Acquitted", *New York Times*, 29 de março de 2002, p. A12.
21. "Bush to Subject Terrorism to Military Trials", *The New York Times*, pp. A1, B8, 14 de novembro de 2001.
22. Glaberson, William. "Critics' Attack On Tribunals Turns to Law Among Nations", *The New York Time*, 29 de dezembro de 2001, pp. B1, 6.
23. Seelye, Katharine Q. "Government Sets Rules for Military on War Tribunals", *New York Times*, 21 de março de 2002, pp. A1, A15.
24. Kraus, Clifford. "Canada's Transfer of Prisoners to U.S. Roils Politicians", *The New York Times*, 5 de fevereiro de 2002, p. A13.
25. Burns, John F. "P.O.W.' Were Shot: Question is How Many", *New York Times*, 14 de novembro de 2001, p. B3; Rhode, David. "Executions of P.O.W.'s Cast Doubts On Alliance", *New York Times*, 13 de novembro de 2001, p.B1; Gall, Carlotta. "Alliance Declares Revolt is Crushed", 28 de novembro de 2002, pp. A1, B3.
26. Marquis, Christopher. "U.S. to Explore Aid to Colombia, Citing Threat to Terrorism", *New York Times*, 3 de março de 2002, p.Yne 6.
27. Schmitt, Eric e Dao, James. "U.S. is Building Up Its Military Bases in Afghan Region", *New York Times*, 9 de janeiro de 2002, pp. A1, A10.
28. Schmitt, Eric. "U.S. Plan for Iraq is Said to Include Attack on 3 Sides", *New York Times*, 5 de julho de 2002, pp. A1, A6.
29. Erlanger, Steven. "German Joins Europe's Cry That the U.S. Won't Consult", *New York Times*, 13 de fevereiro de 2002, p. A14; Burns, John F. "Kurds, Secure in North Iraq, Are Cool to a U.S. Offensive", *New York Times*, 8 de julho de 2002, pp. A1, A7.
30. Erlanger, Steven. "Europe's Military Gap", *New York Times*, 16 de março de 2002, p. A1, A4.
31. Gordon, Michael R. "Nuclear Arms: For Deterrence or Fighting?", *New York Times*, 11 de março de 2002, pp. A1, A8; Gordon, "U.S. Nuclear Plan Sees New Targets and New Weapons", *New York Times*, 10 de março de 2002, pp. A1, A6.
32. Jack Hitt, "Battlefield: Space", *The New York Times Magazine*, 5 de agosto de 2001, pp. 30-35, 55-56, 62-63.
33. Sanger, David E. "Thinking the Unthinkable, Again", *New York Times*, 18 de março de 2002, p. A6.
34. Sanger, David E. "Bush To Formalize a Defense Policy of Hitting First", *New York Times*, 17 de junho de 2002, pp. A1, A6.
35. Eakin, Emily. "All Roads Lead to D.C.", *New York Times*, 31 de março de 2002, p. 4 wk.
36. Joffe, Josef. "Bismarck's Lessons for Bush", *New York Times*, 20 de maio de 2002, p. A21.
37. Dexter Filkins, "Flaws in U.S. Air War Left Hundreds of Civilians Dead", *New York Times*, 21 de julho de 2002, pp. A1, A12.
38. Erlanger, Steven. "Europe as Competitor", *New York Times*, 21 de julho de 2002, p. wk3.
39. Shanker, Thom. "Rumsfeld Asks NATO to Shift To Wide Fight Against Terror", *New York Times*, 19 de dezembro de 2001, p. B1; Schwarz, Benjamin e Layne, Christopher. "A New Grand Strategy", in *The Atlantic Monthly*, janeiro de 2002, pp. 36-42.
40. Stille, Alexander. "What Is America's Place In the World Now?", *New York Times*, 12 de janeiro de 2002, pp. A17, A19.
41. Marquis, Christopher. "U.S. Expects A Wider War On 2 Fronts In Colombia", *New York Times*, 28 de abril de 2002, p. yne 9; Moreno, Luis Alberto. "Aiding Colombia's War on Terrorismo", *New York Times*, 3 de maio de 2002, p. A27.
42. Stille, p. 19.

HISTÓRIA DA ESCOLA NAVAL

Com o intuito de contribuir para o resgate e a preservação da história da Escola Naval, a Sociedade Acadêmica Phoenix Naval (SAPN) publicou nota em BONO no mês de maio, solicitando a doação de edições antigas da Revista *A Galera*. Como resultado da solicitação, foram encaminhados 14 exemplares das turmas de 1974 a 1980, 1989 e 1991.

Em função do sucesso da iniciativa, a SAPN vem a público novamente para agradecer aqueles que encaminharam as revistas e, aproveitando a oportunidade, reiterar o pedido para novas doações, referentes às turmas que ainda faltam em seus arquivos, quais sejam: 1925, 1926, 1930, 1933 a 1936, 1939, 1944, 1945, 1949, 1953, 1957 a 1961, 1966, 1968 a 1970, 1981, 1988 e 1991.

As doações devem ser enviadas para a SAPN, na Escola Naval. Contatos com o CC Bastos ou 1ºT (T) Silva Campos nos telefones 3974-1460 / 1466 e 8119-1460 / 1466.

BANDAS DE MÚSICA

Para os nossos leitores que apreciam a música de bandas militares, ouçam o programa VAMOS OUVIR A BANDA, na Rádio Bandeirantes, 1360 KHz AM, às sextas-feiras, de 22 às 23 horas.